

Degração da Audiência Pública de apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) do Parcelamento de Solo Urbano denominado Villa Borghese Residencial & Resorts

Legenda:

(hh:mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão (?) dúvida no entendimento escrito

Natália dos Anjos (00:50)

Boa noite a todos, pessoal. Meu nome é Natália dos Anjos. Eu sou chefe da Assessoria de Consulta e Distribuição do licenciamento ambiental. Estamos hoje aqui reunidos para dar início a nossa audiência pública virtual e presencial. Vou passar alguns informes iniciais de como vamos conduzir essa audiência pública. Então, nesse primeiro momento, a gente vai tratar do processo de licenciamento ambiental de número 00391-00012926/2017-10 do empreendimento Villa Borghese Residencial & Resorts, localizado na estrada do Sol, km 7, Quinhão 11, Fazenda Taboquinha, no Setor Habitacional do Jardim Botânico, na Região Administrativa do Jardim Botânico. O tipo de licença é a licença prévia e atividade é o licenciamento de parcelamento de solo urbano. O empreendedor responsável por esse empreendimento é a União Desenvolvimento Imobiliário, e a empresa responsável pela elaboração do estudo técnico é a Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental, representada aqui pelo Marcelo. Vou dar os avisos iniciais sobre a audiência pública: pessoal, essa audiência pública trata-se da apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança, o RIVI. Nesse primeiro momento, nós vamos, o pessoal da empresa vai apresentar o estudo ambiental, vai trazer pra gente o conhecimento sobre os levantamentos ambientais feitos no empreendimento. Só lembrando a vocês que o processo de licenciamento ambiental, ele acontece de forma trifásica, então a gente tem a Licença Prévia, que é o hoje o que está sendo apresentado hoje aqui, que é pra cuidar, para ver viabilidade ambiental do empreendimento. Nós temos a Licença de Instalação, que é para instalação do empreendimento, e a Licença de Operação, que é pra poder acompanhar as condicionantes estabelecidas nas licenças anteriores. Então, assim, é bom destacar que a audiência pública ela não é, a audiência pública da apresentação desse estudo não é um momento decisório, é um momento de a gente colher informações, da gente compilar informações junto com a sociedade, com o empreendedor e o Ibram, para gente poder fazer análise técnica e ambiental completa. Então, nossa audiência pública ela está sendo transmitida hoje pelo canal do YouTube do Ibram, e nós temos também um ponto de acesso presencial, que está localizado na sala 10 do Movimento Comunitário do Jardim Botânico, localizado no Centro de Práticas Sustentáveis, no Jardim Mangueiral. Então pessoal, a nossa audiência pública vai ser dividida em 3 momentos. Essa primeira, esse primeiro momento, é a apresentação inicial com esses informes que eu estou passando. Em seguida, passaremos a palavra para a representante, Camila Bitar, que vai fazer apresentação do estudo ambiental, faremos um breve intervalo e após esse intervalo, vamos fazer o levantamento de todas as participações e vamos trazer os esclarecimentos após isso. A participação na audiência pública ela pode ser feita através do nosso canal de WhatsApp, vou passar o número aqui para vocês: é o (61) 99248-9698. Vocês podem encaminhar mensagens de texto e áudio também. Receberemos também as contribuições via e-mail, pelo e-mail: licenciamento.ibram@gmail.com. Nós temos um formulário disponível na página do Ibram, onde vocês fazem a identificação de quem é o cidadão ou representante de alguma associação e fazem a pergunta no nosso formulário também. Também temos a opção de participar da reunião on-line se inscrevendo no nosso link, o nosso link o nosso pessoal que vai mostrar para vocês agora. Tem um link na página da nossa página do YouTube, onde vocês podem acessar esse link e participar da nossa audiência pública também. O pessoal vai mostrar aqui para vocês.

Só um minutinho para ficar (?) o link. Tá bom, pessoal? Então é isso. Eu vou passar a palavra agora para Camila, que ela vai fazer apresentação do nosso, do estudo ambiental, para a gente assistir, ok?

Camila Bittar (05:48)

Boa noite, hoje faremos a apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança do parcelamento de solo urbano denominado Villa Borghese Residencial & Resorts. O empreendimento Villa Borghese Residencial & Resorts tem por objetivo promover o loteamento da gleba com abertura de novas vias de circulação e a criação de lotes destinados aos usos misto comercial, residencial, multifamiliar; lotes para condomínio residencial multifamiliar com habitações unifamiliares em tipos de a casa; lotes mistos do tipo comercial, industrial, institucional; bem como áreas públicas. Localização: a área do parcelamento é de 38 ha e está inserida nos limites da Região Administrativa do Jardim Botânico, localizada na estrada do Sol, do km 07 do Quinhão 11 da Fazenda Taboquinha, no Setor Habitacional Jardim Botânico. A área limita-se ao norte com a Estrada do Sol, a leste com o Condomínio Quintas Interlagos, ao sul com o córrego e a oeste com o Condomínio Quintas do Sol. Hidrograficamente a área localiza-se na unidade hidrográfica do Ribeirão da Papuda, na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, na região hidrográfica do Paraná. Para informar a situação fundiária, foi realizada uma consulta à TERRACAP, que informou que a área de imóvel não pertence ao patrimônio da TERRACAP. Trata-se de uma gleba de propriedade particular registrada no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, o PDOT, área está inserida em macrozona urbana. Nesta macrozona a área situa-se em Zona Urbana de Uso Controlado 2, esta zona é composta de áreas sujeitas a restrições impostas pela sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados ao abastecimento de água, exigindo ocupação e uso urbano disciplinado, no sentido de proteger os atributos naturais, especialmente os solos e os recursos hídricos. Com relação às unidades de conservação, área do parcelamento está inserida na APA da bacia do Rio São Bartolomeu, em um raio de 3 km do empreendimento tem-se apenas a área do córrego Mato grande e nas proximidades há também o Parque Distrital de São Sebastião, Parque Distrital Bernardo Sayão, APA do Planalto Central, APA das bacias do Gama e Cabeça de Veado, APA do Lago Paranoá, a Reserva Biológica do Cerradão, a Estação Ecológica do Jardim Botânico e a Reserva da Biosfera do Cerrado. Sobre a inserção na APA do Rio São Bartolomeu, segundo seu zoneamento atual, a área do empreendimento encontra-se inserida na Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental (ZOEIA), e a parte relativa às Áreas de Preservação Permanente da propriedade está inserida na Zona de Conservação da Vida Silvestre. A ZOEIA tem como objetivo disciplinar a ocupação das áreas contíguas à ZPVS e à ZCVS com a finalidade de evitar as atividades que ameacem ou comprometam a efetiva ou potencialmente a preservação do ecossistema e dos demais recursos naturais. Nesta zona, novos parcelamentos de solo são condicionados à aprovação do projeto urbanístico, instalação de infraestrutura, proteção do solo e recarga de aquíferos. O Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE), é um instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial, uma vez identificadas essas fragilidades ambientais da área conforme os mapas de riscos constantes no ZEE, devem ser apresentadas medidas de controle ambiental e adequações no projeto urbanístico. O ZEE trabalhou o território do Distrito Federal considerando 2 grandes zonas. Área de estudo encontra-se Na Zona Ecológica Econômica de Dinamização Produtiva com Equidade, destinada a diversificar as bases produtivas do DF, com inclusão socioeconômica compatível com os riscos ecológicos e com os serviços ecossistêmicos. Por sua vez, cada zona foi subdividida em subzonas para assegurar a resiliência e o potencial de desenvolvimento de atividades econômicas. A área em estudo está localizada na Subzona de Dinamização Produtiva com Equidade 7, destinada a qualificação urbana e ao aporte de infraestrutura, asseguradas prioritariamente algumas atividades produtivas e a garantia de gestão de alto risco de erosão e de assoreamento do Rio São Bartolomeu. A matriz ecológica do ZEE utilizou como referência ao procedimento metodológico recomendado pelo Ministério do Meio Ambiente, definindo então 4 riscos ecológicos: Risco de Perda de Solo por Erosão, Risco de Contaminação Potencial do Subsolo, Risco de Perda de Áreas Prioritárias para A Recarga de Aquíferos, Risco de Perda de Remanescentes de Cerrado Nativo. Na área de estudo,

foi identificada apenas um risco alto ou muito alto que se refere ao Risco de Perda de Solo por Erosão. O projeto urbanístico e os planos de controle ambiental deverão prever a mitigação desse risco. Em vistoria realizada na área, constatou-se que a propriedade possui 4,75 ha, caracterizados como Áreas de Preservação Permanente. Após a avaliação dos aspectos ambientais da propriedade em conjunto com a legislação ambiental distrital e federal, as áreas restritas ocupação são as Áreas de Preservação Permanente. Também devem ser observadas as restrições impostas para ZOEIA da APA da bacia do Rio São Bartolomeu, de acordo com o seu plano de manejo. Proposta urbana: para o parcelamento em pauta a Seduh emitiu as diretrizes urbanísticas específicas – DIUPE 36/2020, que detalha DIUR 1/2019, equivalente ao estudo territorial urbano da mesma área em questão. Segundo as diretrizes de uso e ocupação do solo, a gleba se localiza predominantemente na Zona B, e em menor proporção na Zona Verde. A zona B corresponde à sobreposição da Zona Urbana de Uso Controlado 2 do PDOT com a ZOEIA da APA da bacia do Rio São Bartolomeu. A Zona Verde corresponde às áreas da poligonal de abrangência dessas diretrizes sobre as quais incide a Área de Relevante Interesse Ecológico do Mato Grande e a Zona de Preservação e Conservação da Vida Silvestre da APA da bacia do Rio São Bartolomeu. O projeto proposto para Villa Borghese Residencial & Resorts não optou por um uso estritamente residencial, buscando atender a necessidade de serviço não apenas dos futuros moradores, mas também dos moradores de condomínio do entorno, e ainda valorizar Avenida do Sol como importantes eixo de atividades região. Assim, os usos propostos são: ao norte, ao longo da Avenida do Sol, tem seus usos predominantes comercial, serviços, institucional, sem uso residencial; a oeste, ao longo da via de circulação que interliga a Avenida do Sol ao Alto Mangueiral, tem-se usos mistos, comercial, serviço institucional e residencial; ao sul tem-se os lotes institucionais para equipamento público; e ao centro tem seus lotes para condomínios residenciais multifamiliares na tipologia casas e lotes de serviços institucionais de convivência dos moradores dos condomínios. De acordo com PDOT do DF, os novos parcelamentos urbanos deverão atender ao percentual mínimo de 15% de áreas públicas, que, neste caso, são as áreas destinadas à implantação de equipamentos públicos comunitários que foram destinados a usos institucional equipamento público e do espaço livre de uso público (Elup). No uso institucional equipamento público são desenvolvidas atividades ligadas às políticas públicas setoriais, constituindo lotes de propriedade do poder público que abriga de forma simultânea ou não, equipamentos urbanos ou comunitários. E o Elup são áreas destinadas a espaços públicos qualificados de lazer e recreação para a população. A diretriz do sistema viário é valorizar as vias existentes no perímetro da gleba e criar permeabilidade viária, passando pela gleba e acessando as lojas do parcelamento. O sistema viário do parcelamento é composto por: uma via de atividades, a Avenida do Sol; uma via de circulação que será Avenida Luna; duas vias de circulação vizinhança 1 que permearão toda área, que serão a Via Venetto e a Via Condotti; e vias locais que serão as vias internas dos condomínios residenciais. O sistema viário também contará com estacionamento público, faixa de serviço, calçadas e ciclovias. Este quadro apresenta uma síntese de áreas do parcelamento, onde praticamente 46% do parcelamento será destinado para unidades imobiliárias e o restante para áreas públicas e APP. Também apresentam a permeabilidade do empreendimento, onde pouco mais de 53% da sua área total será destinada à área permeável. Diagnóstico do meio físico: do ponto de vista geológico, a área do parcelamento está inserida, em sua maioria, no grupo Canastra, de ocorrência restrita no Distrito Federal. A área compreende uma formação composta por filitos e sua coloração varia em função do filossilicato predominante, podendo ser esverdeada ou prateada. O relevo é o conjunto de formas que modelam a superfície da crosta terrestre. A região em que se encontra o empreendimento está toda constituída sob o compartimento geomorfológico de vale dissecado que apresenta como padrão relevo ondulado a forte ondulado, com elevada densidade de drenagem, ampla predominância de cambissolos e declividades superiores a 20% e cotas inferiores a 800. Em campo observou-se um padrão suave ondulado na maior parte da gleba. As áreas com maiores declividades com relevo ondulado foram encontradas nos talwegues das drenagens. A área do empreendimento está inserida em uma localidade com predomínio de latossolos e cambissolos. Os latossolos estão associados às áreas de relevo pouco movimentado, localmente gradam entre latossolo vermelho e latossolo vermelho amarelo, possuem uma boa permeabilidade, por serem solos bem estruturados e muito porosos, porém devido aos mesmos aspectos físicos possuem baixa retenção de umidade, principalmente os de textura mais grosseira em climas mais secos. Os cambissolos comumente

apresentam coloração amarelada no horizonte superficial e vermelho amarelo em subsuperfície. Devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, as características desse solo variam muito de um lugar para o outro. Na área de estudo ocorrem 2 domínios hidrogeológicos, domínio poroso e fraturado. No domínio poroso, a área do empreendimento está majoritariamente no sistema P4 e caracteriza-se por pequenas espessuras e condutividade hidráulica baixa, e são de pequena importância hidrogeológica. No domínio fraturado a área está localizada no sistema aquífero do grupo Canastra, que ocupa cerca de 15% da área total do DF. A partir do levantamento topográfico realizado para área, foi emitido um mapa de declividade. Os resultados de declividade mostram que a área apresenta valores predominantes entre 5 e 10% na maior parte do terreno, com pequenos trechos entre 10 e 20%, não apresentando, portanto, restrições à ocupação à luz do Código Florestal e da lei de parcelamento de solo. As áreas com declividades superiores a 30% não serão parceladas. A avaliação geotécnica possui diversas finalidades e tem intervenção importante em praticamente todas as etapas de uma obra civil, tendo como finalidade a definição das características geotécnicas dos materiais a serem trabalhados, tanto do ponto de vista das condições de fundações quanto nas obras de terraplanagem. A sondagem SPT permite visualizar o perfil geotécnico do terreno e medir resistência à penetração do solo. Foram realizados 3 sondagens e ensaios na área de estudo. Em geral, os pontos apresentaram 2 ou 3 camadas geotécnicas variando entre argila arenosa, argila siltosa e silte arenoso. As sondagens atingiram profundidades variando aproximadamente entre 4 e 8 m. As profundidades do nível da água variaram entre cerca de 2 e pouco mais de 3 m. A erosão é causada por forças ativas como as características da chuva, declividade e o cumprimento do declive do terreno, a capacidade de consolo tem de absorver água e a resistência que o solo exerce a ação erosiva da água. Para área de estudo, tendo que a classificação de solos compreende latossolos e cambissolos, e as classes de declividade predominantes não ultrapassam 10%, a maior parte da área foi classificada como baixo ou médio risco à erosão. Contudo, para que possa haver um controle dos processos erosivos, é importante o monitoramento durante a implantação do parcelamento. Com relação aos recursos hídricos, conforme mencionado anteriormente, a área está inserida na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, que drena efetivamente a maior parte da área do DF. A área está inserida na unidade hidrográfica do Ribeirão Santo Antônio da Papuda, também conhecido como Ribeirão Papuda, e na sub bacia do córrego Mato grande. Diagnóstico do meio biótico: para a caracterização da vegetação local, associando-se as informações de geoprocessamento com as obtidas em campo, identificou-se que no uso e ocupação do solo da área do parcelamento tem-se, em maior proporção, as áreas antropizadas, ocupando 73% da área total. Os outros 27% dividem-se em cerrado ralo, mata de galeria, regeneração de cerrado e regeneração de mata. O diagnóstico de fauna foi realizado de acordo com o disposto no termo de referência para levantamento de fauna simplificado, específico para o parcelamento, e o plano de trabalho aprovado. O levantamento dos dados primários contemplou um ciclo sazonal completos, seca e chuva, amostrados em 2 campanhas. Cada campanha teve 6 dias amostrais efetivos, totalizando 12 dias amostrais ao final do estudo. O resultado do diagnóstico de fauna trouxe informações relevantes para melhor compreensão da biodiversidade na área de estudo. A avifauna foi o grupo mais representativo. Em relação aos sítios amostrais para os grupos herpetofauna e avifauna, o sítio amostral 2 destacou-se dos demais no quesito diversidade, que pode estar relacionada à maior heterogeneidade de ambientes deste sítio. Já para o grupo mastofauna foi o sítio amostral 3, que é o mais representativo em termos de ambientes florestais, que figura como principal opção na busca de recursos e como rotas para dispersão para médios e grandes mamíferos. Dentre as espécies registradas em campo, apenas uma está ameaçada de extinção, a raposa do campo, do grupo mastofauna, classificada como vulnerável pela lista do Ministério do Meio Ambiente. Ainda uma espécie registrada aqui é classificada como quase ameaçada pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, o Papagaio Galego. Com relação às espécies com distribuição restrita, foram identificadas 5 do grupo herpetofauna e 5 do grupo avifauna. Diagnóstico do meio socioeconômico: a área do empreendimento está inserida na UPT Leste das Unidades de Planejamento Territorial estabelecidas pelo PDOT, na qual mais de 70% da sua mancha urbana são áreas de regularização. As regiões administrativas da UPT leste possuem as mesmas características: surgiram de forma espontânea na porção oeste do Distrito Federal, inicialmente não prevista para a expansão urbana. A Região Administrativa do Jardim

Botânico, onde o empreendimento está localizado, é formada basicamente por condomínios fechados horizontais. Analisando os dados de evolução urbana do geoportal, é possível perceber que a ocupação na AID é anterior a 2015 e aconteceu principalmente na primeira década dos anos 2000. Grande parte das áreas que circundam o empreendimento são áreas de regularização fundiária. Na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Jardim Botânico, realizada pela Codeplan em 2021, a população urbana apontada era de cerca de 53.000 habitantes, com uma representação levemente maior do sexo feminino. A idade média da população é de 34 anos, sendo os idosos acima de 60 anos a faixa menos representativa. Cerca de 54% da população nasceu no Distrito Federal e dos que vieram de outros estados, os principais motivos foram questões familiares ou de trabalho. A maioria da população possui ensino superior completo e dos que estudam, a maioria frequenta escola particular e a maior parte estuda no Plano Piloto. Para se deslocar ao trabalho e à escola, a maioria utiliza automóvel, dos que trabalham, a maioria trabalha no Plano Piloto e a maior parte está empregada no setor de serviços, na administração pública ou no setor de educação, saúde e serviços sociais. A RA do Jardim Botânico faz parte do Grupo 1, de alta renda, com média mensal de renda domiciliar bem mais elevada que as demais RA que acompanha o UPT leste. Localmente, a área do empreendimento é circundada por áreas predominantemente de uso residencial e, além dos loteamentos já implantados, tem também projetos em andamento. Como a região é majoritariamente residencial, se resume a pequenos comércios para atender a população local, sendo mais escassos em algumas localidades ali perto. Na área de influência direta tem alguns estabelecimentos de ensino para diferentes níveis. Tem também alguns locais para lazer da comunidade, como pontos de encontro comunitário, campos sintéticos e o Parque Vivencial e Urbano Jardim Botânico. Não tem muitos serviços públicos, mas tem a UBS da Vila do Boa e a UBS Tororó, e também o Conselho Tutelar do Jardim Botânico. Com relação ao transporte público, as paradas de ônibus dentro da área de influência direta do empreendimento estão praticamente todas inseridas na Avenida do Sol e a Semob informou tem capacidade de atendimento. Infraestrutura: a Caesb emitiu um Termo de Viabilidade Técnica informando que não há sistema de abastecimento de água implantada ou projetada para atendimento do empreendimento e que o atendimento com o sistema da Caesb será viável somente após o início de operação do Sistema Paranoá Sul, cujos projetos encontram-se em fase de desenvolvimento. Portanto, a solução proposta aprovada para abastecimento de água do parcelamento é o sistema de poço tubular profundo, podendo ser dispensado tão logo a Caesb tenha a disponibilidade de realizar a interligação ao seu sistema. Foi obtido junto a Adasa a outorga prévia para 3 poços. A ocupação deverá corresponder à capacidade de atendimento de cada poço, portanto, será necessário criar etapas de implantação e ocupação do empreendimento e estabelecer as vazões para cada uma dessas etapas. O TVT da Caesb também informou que não há sistema de esgotamento sanitário implantado ou projetado para atendimento do empreendimento, no entanto, existe a possibilidade de interligação do sistema público de coleta após a execução das obras de reforma e ampliação da ETE de São Sebastião, cujos projetos encontram-se em fase de desenvolvimento. Considerando que atualmente o sistema da Caesb não tem condições de receber a vazão do efluente local, a alternativa proposta é de sistema de fossas sépticas, seguida de sumidouros ou vala de infiltração, seguindo as orientações da própria Caesb no TVT. Como a implantação e ocupação do empreendimento será por etapas, para a segunda fase, assim que o sistema da Caesb estiver disponível, está prevista a interligação ao sistema público. Com relação à drenagem pluvial, em resposta à consulta realizada Novacap, a Diretoria de Urbanização informou que não existe interferência com rede pública implantada ou projetada na poligonal de estudo, e que não há capacidade de atendimento, sendo de responsabilidade do empreendedor a elaboração do projeto. Portanto, a solução proposta e aprovada pela Novacap é a criação de 2 reservatórios de retenção, localizados em porções distintas do parcelamento. A proposta de utilização dos reservatórios de retenção prevê o amortecimento do pico da vazão a jusante, tendo em vista que a quantidade de sedimentos produzidos na área é significativa. Esse tipo de dispositivo pode reter parte dos sedimentos para que sejam posteriormente retirados do sistema de drenagem. A partir dos reservatórios, os efluentes serão encaminhados para o córrego Mato Grande, com vazões reduzidas e capazes de serem recebidas pelo corpo receptor. A região do empreendimento conta com rede de energia elétrica e iluminação pública. Em resposta à consulta realizada a CEB foi informado que há interferência por rede aérea existente e que caso haja necessidade de

remanejamento, será encaminhado o projeto urbanístico final para a CEB, visando possibilitar a elaboração do projeto de orçamento. Também informaram que há viabilidade técnica de fornecimento de energia elétrica ao empreendimento, desde que seja submetido projeto elétrico para aprovação da distribuidora e que sejam atendidas as condições regulatórias. Quanto à infraestrutura de coleta de resíduos sólidos, o Serviço Limpeza Urbana do Distrito Federal informou que realiza a coleta comum dos resíduos domiciliares e comerciais nas proximidades do parcelamento e encontra-se equipado e preparado para executar a coleta na área de ocupação prevista, desde que o volume dos resíduos categorizados como domiciliares esteja dentro do limite informado. O gerador deverá providenciar, por meios próprios, os recipientes necessários para o acondicionamento dos resíduos sólidos gerados para coleta, observando as características e especificações determinadas pela normativa pertinente. O prognóstico ambiental refere-se à identificação, valoração e interpretação dos prováveis impactos ambientais associados à implantação e operação de um empreendimento. Para avaliação dos impactos ambientais do empreendimento, apresentaremos uma descrição dos principais impactos ambientais que já ocorrem na área do parcelamento ou que poderão ser desencadeados pelas obras de implantação do empreendimento, para isso, é necessário identificar as etapas de implantação. Primeiramente, temos a fase dos estudos preliminares, onde é iniciado o licenciamento ambiental para elaboração dos estudos necessários e emissão de outorgas. Depois da obtenção das licenças necessárias, há a remoção da cobertura vegetal para promover a conversão do uso do solo. Uma vez que as áreas se encontram preparadas para as atividades civis, tem-se início às obras de terraplanagem, neste ponto é realizado o nivelamento do terreno tornando-o apto a receber as obras de infraestrutura. Após a realização da terraplanagem é iniciada a instalação das infraestruturas, como o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, drenagem pluvial e sistema de iluminação. E, por fim, têm-se a etapa de construção, por meio das obras civis para edificação dos lotes. A metodologia para avaliação de impactos ambientais utilizada fundamenta-se na relação existente entre o empreendimento e o ambiente onde está previsto o projeto. Assim, baseados nas interrelações socioeconômicas e ambientais das atividades associadas ao empreendimento, são identificados os eventos ambientais que fazem parte de uma rede de interação entre a ação causadora, que é intervenção ambiental, posteriormente, as alterações dela decorrentes, que são as alterações ambientais, e, conseqüentemente, os potenciais impactos ambientais. Essa rede de interação é denominada Fluxo Relacional de Eventos Ambientais, o FREA. Vamos apresentar, então, os potenciais impactos ambientais identificados para cada fase. Na fase dos estudos ambientais a intervenção ambiental é o planejamento do projeto, que terá como alterações ambientais o levantamento das informações na área e elaboração dos projetos e levantamento de campo. Os potenciais impactos ambientais advindos dessas alterações são o aumento de conhecimento científico da área de estudo, de expectativa e aumento da arrecadação tributária, e a valorização imobiliária. Todos esses impactos são positivos. Os impactos identificados nessa etapa são positivos e imediatos, o aumento do conhecimento científico apresenta prazo permanente, enquanto os demais impactos são temporários. A geração de expectativas e a valorização imobiliária são impactos locais e diretos, enquanto os demais são regionais e indiretos. Com a supressão da vegetação, as alterações ambientais serão alteração da paisagem e a movimentação de máquinas e equipamentos, que terão como impactos ambientais, a redução da cobertura vegetal, a ocorrência de processos erosivos e assoreamento, o afugentamento da fauna, a elevação dos níveis de ruído e a alteração da qualidade do ar. Os impactos advindos da supressão da vegetação são todos negativos e locais. Apenas o afugentamento da fauna é indireto e somente a ocorrência de processos erosivos serão impacto mediato. O afugentamento da fauna e a redução da cobertura vegetal são permanentes e os demais são temporários. Na etapa de terraplanagem e instalação da infraestrutura, as alterações ambientais serão a compactação e impermeabilização do solo e a movimentação de máquinas e veículos pesados, que terão como impactos ambientais a alteração da dinâmica da água superficial e subterrânea, a ocorrência de processos erosivos e assoreamento, a geração de emprego, elevação dos níveis de ruídos e alteração da qualidade do ar. Todos os impactos de terraplanagem e instalação da infraestrutura são negativos e locais, com exceção da geração de empregos. Somente a alteração da dinâmica da água superficial e subterrânea é permanente, sendo os demais temporários. Todos os impactos são imediatos e diretos, com exceção da ocorrência de processos erosivos. E a alteração da

dinâmica da água superficial e subterrânea também é um impacto mediato. Na etapa de obras civis e ocupação, as alterações ambientais serão edificação dos lotes e construção de residências, implantação de paisagismo e utilização de recursos naturais, que terão como impactos ambientais a geração de empregos, novas opções de moradia, crescimento populacional ordenado, alteração da dinâmica da água superficial e subterrânea, geração de resíduos sólidos e efluentes, revitalização de áreas verdes e aumento no consumo de água e energia. Os impactos das obras civis e ocupação são todos diretos, com exceção do aumento no consumo de água e energia. Os impactos socioeconômicos são positivos, regionais e permanentes, sendo todos os demais impactos locais. A revitalização de áreas verdes também é um impacto positivo permanente, sendo, juntamente com o crescimento populacional ordenado, um impacto mediato. Após a análise dos potenciais impactos ambientais, são propostas medidas mitigadoras ou compensatórias para os impactos adversos, além de programas ambientais para o controle monitoramento desses impactos com o objetivo de viabilizar ambientalmente a implantação e operação do empreendimento. Para o impacto de processos erosivos e assoreamento as medidas propostas são: aproveitar o contorno natural da topografia e incorporar os desenhos arquitetônicos das obras, monitorar as atividades de obra e avaliar individualmente os pontos de lançamento de drenagem pluvial que deverão contar com o sistema de dissipação de energia, e o programa proposto é o Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento. Para impacto de geração de ruídos, as medidas são: monitoramento sistemático dos níveis de ruído na área durante as fases mais ruidosas, operar equipamentos dentro das especificações técnicas e preservar a saúde ocupacional dos trabalhadores da obra. E o programa proposto é um programa de acompanhamento e emissões atmosféricas. Para alteração da qualidade do ar, as medidas são: restringir o trânsito de veículos e máquinas pesadas nas vias externas, usar as aspersões em vias e operar equipamentos dentro das especificações técnicas. E o programa proposto é o Programa de Acompanhamento de Ruído e Emissões Atmosféricas. Para alteração da dinâmica da água superficial e subterrânea, as principais medidas são: manter áreas verdes que favoreçam infiltração e adotar os dispositivos de infiltração previstos no projeto de drenagem pluvial. Para isso, são propostos o Plano de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e o Plano de Acompanhamento dos Recursos Hídricos. Para geração de resíduos da construção civil as principais medidas são: promover medidas necessárias e possíveis para minimizar a geração de resíduos pelo empreendimento, em especial os resíduos que não possuem reciclagem e reuso e a coleta, segregação, acondicionamento, transporte e de disposição final adequados dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento. Para isso, foram propostos o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil e o Plano de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras. Para a redução da vegetação, as principais medidas são: manutenção de áreas verdes com espécies nativas do urbanismo, bem como a Compensação Florestal. Para isso, foram propostos o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e o Plano de Supressão Vegetal. Ainda em consonância com o impacto de redução da vegetação, temos os impactos da fauna. Para os impactos de fragmentação de habitat e perda de biodiversidade as medidas a serem adotadas são a criação de uma servidão ambiental, onde serão mantidos remanescentes de vegetação nativa de acordo com a legislação da APA da bacia do Rio São Bartolomeu. Além disso, as matas que acompanham os cursos da água no interior e limítrofe à propriedade podem configurar-se como importantes conectores/corredores da fauna na região. Portanto, é importante a recuperação e manutenção das APPs da propriedade, que funcionam também como rotas de dispersão para a fauna, participando ativamente na manutenção do fluxo gênico e da biodiversidade. Para o impacto de afugentamento e atropelamento de fauna, a mitigação é baseada no cumprimento da Instrução Normativa 12/2022 do Ibram, seguindo o Protocolo de Fauna para Supressão de Vegetação, que apresenta as diretrizes e medidas de resgate afugentamento de fauna para supressão vegetal. Para minimizar esses impactos para a fauna, deve-se seguir o Protocolo de Fauna para Supressão de Vegetação, bem como as ações do Plano de Supressão Vegetal e do Plano de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras. Considerando as informações obtidas com a realização do estudo ambiental, podemos concluir que a localização está de acordo com as normativas previstas para a região, atende ao plano de manejo da APA da bacia do Rio São Bartolomeu, se enquadra nas diretrizes previstas no PDOT e seu planejamento considera os aspectos de ocupação e as características ambientais. Está inserido na macrozona urbana, mais especificamente na Zona Urbana de Uso Controlado 2. Em maior parte,

está inserido na Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental da APA da bacia do Rio São Bartolomeu. E geotecnicaamente não tem nenhuma restrição. Os aspectos legais e a compatibilidade do projeto estão de acordo com os usos propostos. As alternativas da infraestrutura proposta estão de acordo com as respostas fornecidas pelas concessionárias de serviço público. O uso pretendido é semelhante ao da vizinhança e os impactos são impactos típicos da atividade desenvolvida e com metodologia de mitigação. Portanto, considerando a avaliação realizada no estudo ambiental, a equipe técnica se posiciona pela viabilidade técnica para implantação do empreendimento. Obrigado a todos, em nome da equipe da Paranoá Consult.

Natália dos Anjos (36:58)

Camila, obrigada pela apresentação. Então, pessoal, vamos iniciar agora um intervalo de 15 minutos para a gente organizar as perguntas que a gente recebeu nos canais oficiais do Ibram. A gente vai organizar agora as perguntas, os questionamentos e após esse intervalo a gente vem trazendo os esclarecimentos, ok?

Natália dos Anjos (53:30)

Oi pessoal. Então, estamos retornando aqui após o intervalo e nós recebemos algumas perguntas aqui, também tem um pessoal no canal do Meet aí, pessoal no ponto de apoio, né? Então a gente vai seguir a ordem que das perguntas conforme foi chegando para gente, tá, pessoal? Então, a primeira pergunta que a gente recebeu via canal WhatsApp, foi da Luana Faria. A Luana, ela pergunta, ela faz a seguinte pergunta: quero saber se houve avaliação sobre a desvalorização que as casas em frente à Rua Nacional sofrerão, especialmente com a previsão de prédios no local? Ela continua: quero saber, quando as obras começarão e qual a expectativa de finalização? Terceira pergunta: quero saber se haverá indenização aos moradores das casas em frente à Rua Nacional, no Quintal do Sol, Quadra 5, quando a imensa desvalorização de suas ruas e casas já não haverá prédios no local. Quero saber qual é a altura total desses prédios. Tá, pessoal? Então, a gente vai responder essa pergunta agora aqui, vou passar para a consultoria e ai a gente vai seguindo uma ordem.

Marcelo Pinelli (55:00)

Boa noite, Luana! Luana, em relação a primeira pergunta, não. Lá não, o empreendimento não é vertical, tá? Ele é, na maior parte, horizontal. E alguns lotes comercial tem previsão de 2 ou 3 pavimentos. Então não é semelhante aos outros empreendimentos que já foram aprovados na região, que são que são prédios mais altos, tá? Portanto, eu acho que isso responde também a terceira pergunta da desvalorização em função da ocupação por prédios. Em relação ao início e o final das obras, a gente ainda está iniciando o processo de licenciamento ambiental e urbanístico também. A previsão do processo de licenciamento é que ele ainda leve 2 anos, e só aí o empreendedor vai decidir exatamente o timing correto para lançamento, mas a gente imagina que no prazo, sei lá, de pelo menos 3 anos, esse empreendimento não tenha início.

Natália dos Anjos (56:10)

Tá pessoal só fazendo uma retificação aqui porque eu falei errado, é Quintas do Sol, tá? Atendendo o pedido aí da retificação. Vou passar para a próxima pergunta, que é o pessoal que está acessando no Meet, aí do ponto de apoio, Carlos? Carlos Antônio? Certo, é a sua vez de perguntar. A próxima é a Marisa, ok Marisa?

Voz de Mulher *Lara(?)* (56:44)

Pessoal, desculpa, eu vou ter que interferir porque deu para *ouvir(?)* absolutamente nada, vocês estão com o áudio, o próprio áudio de vocês ligados e a gente tá escutando tudo com eco aqui (...)

Natália dos Anjos (56:56)

A gente também não escutou muito bem, você, Lara. Você pode repetir, por favor?

Voz de Mulher *Lara(?)* (57:01)

Justamente, ninguém está ouvindo nada porque está com eco, vocês têm que deligar os áudios do telefone, dos outros computadores de vocês para falarem *certo(?)*, não tá dando para ouvir nada. Poderia repetir (...)

Camila Bittar (57:06)

(...) verifiquem se está com o YouTube aberto ao mesmo tempo. Se abrir o YouTube juntamente com Google Meet fica esse eco acontecendo. Então, tem que manter o áudio da chamada do Google Meet ligado e deixar o YouTube no mudo para poder ouvir o que está sendo falado dentro da chamada. Ou um ou o outro, se manter os dois com o áudio ativo vai ter interferência nas falas.

Leandro Rodrigues (suporte de TI) (57:30)

Reforçando o que a Camila acabou de mencionar, como vocês estão no mesmo ambiente, quem está no mesmo ambiente, por gentileza, manter mutado, tá? Por favor.

Carlos Antônio (57:55)

Opa, melhorou?

Marcelo Pinelli (58:01)

Sim

Voz de Mulher *Lara(?)* (57:02)

Não melhorou, continua a mesma coisa.

Carlos Antônio (58:04)

Melhorou um pouco?

Leandro Rodrigues (58:05)

O Carlos, ele está escutando bem, pode falar.

Natália dos Anjos (58:08)

Carlos você está escutando direitinho?

(...)

Oi, Carlos?

Carlos Antônio (58:13)

Posso finalizar a minha pergunta?

Natália dos Anjos (58:14)

Pode. Pode sim. Fica à vontade.

Carlos Antônio (58:24)

Oi?

Natália dos Anjos (58:25)

Pode fazer.

Carlos Antônio (58:29)

Tudo bom? Meu nome é Carlos Antônio, pastor da liderança comunitária aqui de São Sebastião, e nós estamos muito atentos a todos os processos parcelamento aqui em volta da nossa cidade. São Sebastião é uma cidade que atende muito bem aos condomínios, não só na questão de moradia, mas também do comércio (?) todos os condomínios aqui em volta, faz essa ponte entre o Jardim Botânico e São Sebastião, como suas principais ferramentas e equipamentos institucionais. E o nosso grande preocupação com mais um parcelamento, não que seja somente esse parcelamento dessa empresa, mas também um outro parcelamento que acabou de ser, né, inicialmente, que começou *inicialmente*(?), o Alto Mangueiral, é justamente toda a drenagem desses empreendimentos elas estão sendo descarregadas ali no córrego Mato Grande. E hoje, com pequenas chuvas, esse Mato, esse córrego Mato Grande, ele atravessa a lateral Sebastião, né, toda por completo, mas alguns pequenos afluentes também acabam sendo despejados nesse córrego Mato Grande. E que nós não vemos nesses processos de licenciamento ambiental do Ibram, essa compensação ambiental focando no desassoreamento desse córrego Mato Grande. Qualquer chuva que nós temos em São Sebastião ou no Jardim Botânico, nós sofremos muito com algumas vias que já estão sendo alagadas pela quantidade de água que é descarregada pelo Córrego Mato Grande. Então, a minha pergunta inicial para o Ibram é: qual é o planejamento da compensação ambiental, não só desse parcelamento, mas de outros parcelamentos que vem ocorrendo, para aproveitar, para poder prever que continue esse processo de afogamento desse córrego e quando é que o Ibram terá uma previsão de um projeto inicial para desassoreamento desses córregos, para que o centro de São Sebastião pare de alagar quando uma chuva até, de pequeno e médio porte ocorra nessa região? E se parcelamento específico tem alguma compensação ambiental nesse quesito?

Marcelo Pinelli (1:00:40)

Carlos, eu vou responder, tá? É um empreendimento, ele possui um projeto de drenagem, esse projeto de drenagem ele atende a diversas exigências, né? Não só Ibram, mas da Adasa, da Novacap também, tá? Então são previstas bacias de retenção. O lançamento que é feito do empreendimento no córrego é exatamente o mesmo daquele que corre naturalmente, tá? Do ponto de vista de trâmite burocrático, do processo, da compensação, todo empreendimento ambiental ele é objeto de uma compensação. O que eu entendo, nesse caso, e que pode ser motivado pela comunidade, em algum momento do processo, é que os recursos dessa compensação, seja destinado para esse tipo de atividade, entendeu? Assim, eu acho que é bem relevante o que você está colocando, e assim, o processo prevê esse tipo de compensação. O que a gente precisa garantir, no caso aí a comunidade, é que esses recursos sejam destinados para a manutenção da qualidade desse córrego. Enfim, é o nosso posicionamento.

Natália dos Anjos (1:02:00)

Certo aí, Antônio? Beleza. Passar para a próxima, tá gente? A próxima pergunta que a gente recebeu foi de uma moradora do Jardim Botânico, Marisa. Eu acho que a Marisa estava até aqui no Meet com a gente, não sei se ela caiu, mas eu vou (...) a gente recebeu aqui a pergunta, via WhatsApp. Certo, ok, Marisa, eu vou ler aqui sua pergunta, está bom? Então, boa noite, sou moradora do Jardim Botânico e não vi nenhum comentário sobre o impacto que este

empreendimento trará para os usuários dessas vias de saída de São Sebastião e do Jardim Botânico. Em relação ao trânsito, que acho um absurdo, a senhora falou que, que no caso foi a Camila, né? Na apresentação do estudo. Que a Semob tem condições de atender com transporte público, porém, já não atende, imagina com todo esse aumento. Essa foi a pergunta da Marisa, tá pessoal? Então vou passar aqui pro Marcelo, para ele responder.

Marcelo Pinelli (1:03:03)

Marisa, o trâmite de desenvolvimento do estudo, ele envolve algumas etapas, e algumas fases também. A consulta à Semob, a Semob é um órgão de governo, ela é obrigatória dentro do trâmite, do processo de licenciamento, e a resposta que eles passam para gente é uma resposta oficial. Até concordo com você que o trânsito aí não é dos melhores, entendeu? Mas a resposta da Semob, pelo menos do ponto de vista institucional, ela precisa ser levada em consideração enquanto o transporte coletivo, que é o que eles trabalham. Em relação ao trânsito da região, ainda dentro do trâmite do processo de licenciamento ambiental, é feito um estudo de tráfego, tá? E esse estudo vai identificar quais são os gargalos daquele local ali e quais são as alternativas e as compensações também que precisam ser feitas do empreendimento. Então pode ser que precisa ser feito acesso, duplicação de vias, enfim, né? É isso aí paralelo com o que já está acontecendo no setor, que já está em obras também um novo acesso para o empreendimento. Mas assim, é prematuro eu te falar exatamente o que vai ser feito, o que não vai ser feito, tá? Mas o fato é que, dentro do processo de licenciamento, há necessidade de se realizar esse estudo de tráfego, tá bom?

(...)

Só, por favor, não estou ouvindo.

(...)

Não estou ouvindo.

(...)

Leandro, não estou ouvindo ela fazer a pergunta.

Leandro Rodrigues (1:04:59)

Como é que é o nome?

Marcelo Pinelli (1:05:01)

Marisa.

Leandro Rodrigues (1:05:10)

Marisa, eu sou microfone está ativo, mas nós não estamos te escutando.

Marisa Vieira (1:05:29)

Eu tive que sair para não dar microfonia. (Ok). Estão me escutando?

Marcelo Pinelli (1:05:33)

Sim.

Marisa Vieira (1:05:35)

Então, é só que eu acho que isso deveria ser uma coisa agora, né, para ser feita agora. Porque duplicação de vias, essas coisas demoram pra caramba, né? E gente já está, nossa não é gargalo, a gente tá parado. A rotina já mudou totalmente aqui no Jardim Botânico. As pessoas que saíam antes às 6 horas da manhã estão saindo às 04h30. (Sim). Isso tá, assim, está um problema muito, muito sério. É só ver todos os dias no bom dia DF, o absurdo que tá o trânsito aqui, entendeu?

Então, me assusta muito outros empreendimentos, que sejam implantação, para serem empreendidos, e o trânsito igual. Quer dizer, só vai piorar, né?

Marcelo Pinelli (1:06:18)

Marisa, acho que o Carlos, né, que fez a primeira pergunta, ele comentou do Jardins Mangueiral, do Magueiral 2 lá, né, dos novos empreendimentos que estão tendo na região. Assim, é um ponto de vista meu, tá? Não tem, eu não tenho como confirmar isso para você, mas que está sendo feito um estudo de tráfego do bairro como um todo, tá? Em função de todos esses empreendimentos que estão sendo que estão sendo desenvolvidos na região. A solução, assim, não é mais uma solução única e exclusiva do empreendimento. É uma solução do bairro, de todos os empreendimentos como um todo.

Natália dos Anjos (1:07:04)

Ok, finalizado aí. Certinho, Marisa? Obrigado viu pela participação de vocês. Pessoal, nós vamos só repetir a primeira pergunta, que foi da Luana, porque no início do nosso vídeo deu esse probleminha técnico com microfone e tudo. Então, eu vou repetir a pergunta dela aqui para a empresa prestar os esclarecimentos, tá bom? Então o quê que a Luana perguntou aqui, ó: quero saber se houve avaliação sobre a desvalorização que as casas em frente... Tá ok? Tá me ouvindo direitinho? Posso prosseguir?

(...)

Vou seguir. Tá. Quero saber se houve a avaliação sobre a desvalorização que as casas em frente à Rua Nacional sofrerão e, especialmente, com a previsão de prédios no local? Quero saber quando as obras começarão e qual a expectativa de finalização? Quero saber se haverá indenização aos moradores das casas em frente à Rua Nacional, no Quintas do Sol, Quadra 5, quanto a imensa desvalorização de suas casas, que haverá prédios no local? Então essa foi pergunta da Luana.

Marcelo Pinelli (1:08:33)

Bom, vou responder aqui novamente, Luana. Só deixar claro que o projeto ele não prevê prédios no local, tá? É um condomínio horizontal, tá? Existe algum, vai ter alguns prédios, né, mas são prédios residenciais baixos, tá? Então, a informação de que são prédios ela não se confirma. Em relação ao início e final das obras, a gente ainda está do início do processo de licenciamento, tanto no Ibram quanto na Seduh. A gente imagina que o processo de licenciamento ainda dure aí talvez, sei lá, um ano, um ano e meio, ou seja, num prazo inferior a 2 anos eu imagino que não tenha início. Lembrando que o início das obras é uma decisão econômica do empreendedor e que assim a gente não tem condições de garantir para vocês, mas pelo menos em um prazo de 2 anos a gente a gente entende que o empreendimento não se inicia.

Natália dos Anjos (1:09:39)

Ok, Luana? Respondido aí?

Voz de Mulher *Lara(?)* (1:09:44)

Muito obrigada, pessoal. Agora melhorou o áudio e não foi respondido só uma coisinha a gente: você falou, desculpa, eu não peguei o nome aí. (Marcelo, Marcelo). Desculpa, Marcelo, você falou que não haverá prédios, mas haverá prédios comerciais, então vai ter prédio?

Marcelo Pinelli (1:09:59)

É, mas não são aqueles prédios que estão sendo feitos em outros locais do Jardim Botânico. São prédios baixos, com sobrelojas (...) (?)

Voz de Mulher *Lara(?)* (1:10:11)

Esses prédios estão na frente da Rua Nacional, então uma pergunta lá no chat: qual a altura desses prédios? Porque eles estão exatamente na frente das casas do condomínio Quintas do Sol, Quadra 5, a previsão desses prédios. Então, mesmo não sendo prédios residenciais, haverá prédios comerciais, pelo que eu entendi do projeto e da sua resposta, e minha pergunta é: qual é a altura desses prédios?

Marcelo Pinelli (1:10:37)

Luana, eu não sei te informar exatamente qual é a altura desses prédios, tá? Uma vez que o projeto urbanístico ele ainda não foi finalizado, tá? Mas não são prédios altos, eu digo para você que são lojas e sobrelojas, tá?

Voz de Mulher *Lara(?)* (1:10:54)

Certo. Obrigada Marcelo.

Natália dos Anjos (1:10:56)

Tá certo então. Pessoal, lembrando que essa apresentação aqui da audiência pública, ela fica gravada no nosso canal oficial do Ibram, no YouTube, e a gente também está aberto para poder receber perguntas, indagações da população via e-mail, via WhatsApp, pode vim até a central de atendimento aqui do Ibram protocolar um requerimento. A gente está aberto a qualquer pergunta para esclarecer qualquer dúvida que tiver, tá bom gente? Então, eu vou finalizar aqui, vou fazer mais uma pauzinha de 5 minutos, porque acho que a gente já recebeu umas outras perguntas. Só para a gente se organizar e responder o que chegou durante as nossas respostas aqui, tá bom, pessoal?

Natália dos Anjos (1:16:48)

Pessoal, a gente tá voltando aqui, e assim, a título de esclarecimento, o Ibram, ele vai analisar a parte ambiental desses empreendimentos, tá bom? Então, assim, com relação ao trânsito, mobilidade, a questão habitacional, a gente tem a Semob, que é um órgão aqui do governo, e a Seduh. Então, todas essas indagações de vocês podem ser remetidas a esses órgãos competentes através da ouvidoria. Tá ok? Então, assim, o Ibram, ele é só um pedacinho de toda a regularização desses empreendimentos, ok? Eu vou passar a palavra aqui para o Marcelo, para ele complementar a resposta da Luana, que ela fez uma pergunta com relação à altura dos prédios, então a gente vai só fazer essa complementação, ok?

Marcelo Pinelli (1:17:43)

Luana, em relação à pergunta que você me fez, que eu não soube responder, a gente deu uma consulta da nas diretrizes do bairro, e as diretrizes do bairro ela permite prédios naquela região de até 22 m de altura, ou seja, os projetos que vão ser, que vão viabilizar o tipo de... que vai autorizar ou não esse tipo de empreendimento, ele é desenvolvido pela Seduh. O que a gente faz nesse momento é aprovar o projeto de parcelamento. É criar os lotes. Esses prédios, eles precisarão ser aprovados em processos específicos, de aprovação de obras, né? Tá bom?

Natália dos Anjos (1:18:30)

Tá certo, obrigada, Marcelo! Pessoal, então, lembrando que assim, está aberto durante o período, conforme a nossa Instrução Normativa da realização das nossas audiências, a participação de todos, e ainda tem um prazo de 10 dias para perguntar e tirar as dúvidas de vocês com relação às questões ambientais, tá ok, pessoal? Estamos aqui à disposição para sanar quaisquer dúvidas, ok?

Então, vou finalizar aqui a audiência pública. Agradeço a participação de todos, tá ok? Uma boa noite a todos, até a próxima.

Marcelo Pinelli (1:19:03)

Boa noite.